EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 02/98

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAZÉIS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PARANÁ
PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU - PR

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAZÉIS, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ, visando preservar os ecossistemas naturais englobados no Parque Nacional do Iguaçu contra quaisquer alterações que os desvirtuem e garantir qualidade ao ecoturismo na região, nos termos do Programa de Revitalização do Parque Nacional do Iguaçu, Subprograma de Revitalização de Visitação, por meio de sua SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ, conforme delegação objeto da Portaria nº 045, de 16 de maio de 1997, e de acordo com o que rege a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, modificada pela Lei 8.883, de 8 de junho de 1994, suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e nos termos de Audiência Pública realizada em 23 de outubro de 1997, na sede administrativa do Parque Nacional de Foz do Iguaçu (PR), torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade CONCORRÊNCIA do tipo TÉCNICA E PREÇO, com vistas à CONCESSÃO DE USO de áreas que integram o Parque Nacional do Iguaçu e dos bens delas componentes, conforme as especificações contidas neste Edital e seus anexos.

Os documentos de habilitação e propostas serão recebidos pela Comissão Especial de Licitação no dia 26 de outubro de 1998, às 14:00 horas, na sede do IBAMA/PR, na Rua Brigadeiro Franco nº 1733, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
O Edital poderá ser adquirido na sede do IBAMA/PR, no endereço mencionado, no horário das 8h:30min às 17h:30min, de segunda à sexta-feira, ao preço de R$ 1.000,00 (um mil reais), não reembolsável.

Quaisquer dúvidas ou solicitações de esclarecimentos sobre os termos do presente Edital deverão ser formuladas até 8 (oito) dias antes da data prevista para o recebimento da documentação de habilitação e propostas, incumbindo à Comissão Especial de Licitação transmitir as respostas por fac-símile a todos aqueles que preencherem a declaração de retirada do Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO/PRAZO/REGIME DA CONCESSÃO

1.1. Constitui objeto desta licitação a concessão de uso, mediante contrato administrativo, de áreas do Parque Nacional do Iguaçu, no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a condição de implantação, operação, administração, manutenção, conservação, modernização e exploração econômica nas áreas concedidas, em nome da concedente, por conta e risco da concessionária, com todos os encargos decorrentes, de espaços para alimentação, comercialização e serviços, edifícios ambientais, mirantes, elevador panorâmico e trilha suspensa, tudo conforme descrição, caracterização e limites constantes do Termo de Referência em anexo, que é parte integrante e indissociável deste Edital (TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO III).

1.2. Serão encargos da concessionária, além de outros previstos no presente ato convocatório e no respectivo contrato de concessão:

1.2.1. O pleno atendimento das normas que regem os Parques Nacionais Brasileiros, o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu em vigor à época, Plano de Uso Público, Plano de Ação Emergencial e Programa de Revitalização, Manual de Sinalização, e demais disposições pertinentes à matéria;

1.2.2. o desenvolvimento, planejamento, elaboração de projetos, apresentação de alternativas de uso, bem assim a execução das obras, serviços, instalações e sistemas necessários à manutenção, operação, administração, e
modernização das atrações existentes ou a serem implantadas pela concessionária nas áreas objeto da concessão de uso;

1.2.3. a manutenção das utilidades existentes e vinculadas ao objeto desta licitação, tais como trilhas, passarelas, belvederes, áreas ajardinadas;

1.2.4. A manutenção das utilidades existentes tais como trilhas, passarelas, belvederes, áreas ajardinadas, que não se identifiquem como atrações, identificadas nos termos do ANEXO III deste Edital, mas que estejam no âmbito de atuação do Concessionário.

1.2.5. a observância dos horários de funcionamento do Parque Nacional do Iguaçu, sem prejuízo no contido no item 24 da cláusula 6ª, subcláusula 6.1 do contrato.

1.2.6. a submissão ao IBAMA/PR, para prévia aprovação, antes do início da execução do contrato e a qualquer tempo, dos catálogos, desenhos, diagramas, nomes dos fabricantes e fornecedores, resultados de testes, ensaios, amostras e demais dados informativos sobre os materiais, equipamentos e instalações empregados na execução do contrato, de modo que haja perfeita identificação quanto à qualidade e procedência;

1.2.7. a substituição dos equipamentos que se revelem insuficientes e sem condições para a execução do objeto licitado, a luz dos padrões de desempenho e especificações estabelecidas no Termo de Referência, Anexo IV deste Edital, sem que possa invocar eventual anterior aceitação pelo IBAMA;

1.2.8. o pagamento ao IBAMA até o quinto dia útil de cada mês, subsequente, da remuneração ofertada nesta licitação;

1.2.9. a manutenção de contratos de seguro em favor do público usuário, empregados e terceiros, segundo limites e critérios internacionalmente recomendáveis e aceites.
1.2.10. o dimensionamento de suas equipes de trabalho segundo o estabelecido e aprovado em sua Proposta e no Plano de Operação e Investimento de que trata o item 11.2 deste Edital, de modo que fique garantido o padrão de atendimento ao usuário visitante, em nível de qualidade compatível com o estabelecido no Edital e seus anexos.

1.2.11. a manutenção em perfeito estado de higiene e limpeza dos locais de exploração e adjacências, coletando e transportando para fora da área do Parque Nacional todos os detritos decorrentes da exploração dos atrativos;

1.2.11. a disponibilização para a execução do objeto licitado das equipes técnicas, equipamentos e instalações necessários.

1.3. O prazo da concessão será de 15 (quinze) anos.

1.4. O valor estimado desta licitação é de R$ 100.000.000,00 (cem a milhões de reais).

1.5. O regime da concessão é aquele previsto neste Edital e nas disposições constantes da minuta do contrato de concessão, em anexo, que é parte integrante e indissociável deste Edital, ficando desde logo esclarecido que a concessão de uso a ser contratada somente poderá conferir à concessionária direito pessoal.

1.6. Os deficientes físicos e visuais deverão ter acesso especial a todas as atrações e edificações.

1.7. Todos os custos, diretos e indiretos, referentes à exploração das áreas e bens vinculados ao objeto deste contrato, inclusive os de manutenção, reparos, atualização, modernização e renovação de equipamentos, despesas administrativas, despesas de consumo de água, luz, telefone e similares, atualização tecnológica, mão-de-obra, consultorias, transferência de tecnologia ou franquias, tributos, contribuições, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, registros, aprovação de projetos e seguros pertinentes, e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do(a) CONCESSIONÁRIO(A).
CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Serão admitidas à presente concorrência pessoas jurídicas, consorciadas ou isoladamente, que atendam às exigências constantes do presente Edital, observada a legislação aplicável.

2.2. Não poderão participar desta licitação, isoladamente ou sob a forma de consórcio:

a) empresas declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública federal, estadual ou municipal;

b) pessoas jurídicas em estado de falência ou concordata;

c) empresas dentre cujos dirigentes, sócios, controladores, ou responsáveis técnicos ou legais, haja servidores do IBAMA;

d) empresas consorciadas, através de outro consórcio participante desta concorrência ou isoladamente.

e) pessoas jurídicas cujos sócios dirigentes, controladores ou responsáveis técnicos ou legais, tenham participado direta ou indiretamente do Plano de Revitalização do Parna;

f) pessoas jurídicas que estejam em débito com o IBAMA ou com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

g) pessoas jurídicas cujos sócios dirigentes, controladores ou responsáveis, técnicos ou legais sejam servidores do Governo do Estado do Paraná, que tenham participado direta ou indiretamente do Plano de Revitalização do Parna;

h) pessoas jurídicas cujos sócios dirigentes ou participantes, gerentes ou responsáveis técnicos tenham participado ou ainda participem como gerente,
dirigente ou sócio a qualquer título, de empresa que esteja em débito com o IBAMA ou IAP.

2.3. A participação nesta licitação implica na aceitação integral de todos os termos deste edital e seus anexos, observado o disposto no § 2º, do art. 41, da Lei 8.666/93, em sua atual redação.

2.4. A participação de empresas em consórcio deverá atender às seguintes condições especiais de lei:

2.4.1. comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

2.4.2. indicação da empresa responsável pelo consórcio, para exercer as condições de liderança, que deverá ser empresa nacional, ter poderes expressos para receber citações, intimações e para responder administrativa ou judicialmente pelas demais consorciadas;

2.4.3. apresentação por parte de cada consorciado dos documentos exigidos neste Edital em relação às licitantes isoladas, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, ficando estabelecido desde já, para o consórcio, um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, observado o ANEXO IV deste Edital, acréscimo este inexigível para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

2.4.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

2.4.6. obrigatoriedade de promover o licitante vencedor, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 2.4.1. desta cláusula.

2.4.6.1 - alternativamente ao disposto em 2.4.6, as empresas componentes do consórcio poderão constituir uma nova empresa com objeto específico de
operar como Concessionária do contrato a ser firmado com o IBAMA, devendo, obrigatoriamente, seu controle ser exercido pelas empresas integrantes do Consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA - APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

3.1. As licitantes ou consórcios deverão apresentar em 03 (três) envelopes distintos e lacrados os documentos referentes, respectivamente, à (1) Habilitação, (2) Proposta Técnica e (3) Proposta Comercial, no dia, local e hora fixados no preâmbulo deste Edital, contendo na parte externa de cada um dos envelopes o nome da proponente, como segue:

ENVELOPE 01 - HABILITAÇÃO
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 02/98 - Parna/IGUAÇU
NOME DA PROPOSTANTE

ENVELOPE 02 - PROPOSTA TÉCNICA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 02/98 - Parna/IGUAÇU
NOME DA PROPOSTANTE

ENVELOPE 03 - PROPOSTA COMERCIAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 02/98 - Parna/IGUAÇU
NOME DA PROPOSTANTE
3.1.1. Não serão aceitos os envelopes que não estiverem identificados corretamente.

3.1.2. Os documentos constantes de cada envelope deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em original ou fotocópia autenticada, com todas as páginas rubricadas e numeradas sequencialmente.

3.1.3. Toda a documentação apresentada deverá ser expressa em língua portuguesa ou, quando em idioma estrangeiro, acompanhada de tradução efetivada por tradutor juramentado.

3.2. As pessoas jurídicas estrangeiras participantes deste certame, que não funcionem no país, atenderão as exigências previstas neste Edital mediante documentos equivalentes aos elencados no ANEXO I deste Edital, autenticados pelos respectivos consulados do Brasil no país de origem, traduzidos por tradutor juramentado e registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

3.2.1. Para participar nesta concorrência como licitante, isoladamente ou em consórcio, a pessoa jurídica estrangeira deverá comprovar ter representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação inicial e responder administrativa ou judicialmente.

3.3. Não serão admitidas propostas ou documentos que contenham divergências em relação às condições estabelecidas neste Edital, tampouco quaisquer rasuras, emendas ou entrelinhas.

3.4. Após o horário estabelecido no preâmbulo deste Edital para o recebimento dos documentos de habilitação e propostas, não será recebida nenhuma espécie de documento, nem serão permitidos acréscimos ou modificações nos elementos apresentados.

3.5. Cada licitante ou consórcio apresentar-se-á com apenas um representante, devidamente credenciado por instrumento público ou particular de procuração, ou cópia autenticada do contrato social, em se tratando de sócio, acompanhado de documento de identidade.
3.5.1. A não apresentação ou não incorporação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante ou consórcio, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA PARA PESSOAS JURÍDICAS BRASILEIRAS OU ESTRANGEIRAS EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS

Para habilitação jurídica, as licitantes isoladas e cada empresa participante do consórcio deverão apresentar os seguintes documentos:

4.1.1. Prova de Habilitação Parcial no SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES - SICAF

4.1.2. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização de funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.1.3. declaração, sob as penas da lei, de que até a data de apresentação dos Documentos de Habilitação e Propostas inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente procedimento licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.1.4 Em caso de consórcio, deverá ser apresentado o respectivo ato constitutivo ou compromisso formal de sua constituição, público ou particular - neste caso último, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos -subscrito pelas consorciadas, do qual constem, com clareza e precisão, os percentuais de participação de cada empresa no consórcio, a indicação da empresa líder e os poderes à mesma atribuídos, bem como os compromissos destas empresas em relação ao objeto da licitação, observando que:
a) a representação do consórcio, sendo este adjudicatário dos serviços, caberá à empresa líder do mesmo, que indicará formalmente, por seu turno, o seu representante;

b) são condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio, ser empresa nacional, ter poderes expressos para receber citações, intimações e para responder administrativa ou judicialmente pelas demais consorciadas.

c) Sendo participante do consórcio, pessoa Jurídica estrangeira, a mesma deverá apresentar a documentação constante do anexo I deste edital, autenticados pelos respectivos consulados do Brasil no País de origem, traduzidos por tradutor juramentado e registrados no cartório de Registro de Títulos e documentos.

4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para qualificação técnica, deverão as licitantes isoladas ou em consórcio apresentar os seguintes documentos:

4.2.1. registro ou inscrição na entidade profissional competente;

4.2.2. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com objeto desta licitação, que deverá ser feita através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica pública ou privada, demonstrando que a licitante ou empresa(s) integrante(s) do consórcio possui como sócio ou em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega dos documentos de habilitação e propostas, profissional(is) de nível superior detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, referente a:

a) execução de obras, operação e manutenção de complexo turístico.

b) alimentação - implantação e administração de instalações e serviços de restaurante e/ou lanchonete.
c) comercialização - implantação e administração de áreas e instalações voltadas à comercialização de produtos de natureza turística

d) turismo - gestão de equipamentos turísticos e atendimento de público turista

e) ambulatório/saúde - implantação e administração de instalações e serviços voltados ao atendimento médico de primeiros socorros e ambulatório.

4.2.2.1. O(s) atestado(s) de que trata o subitem anterior deverá(ão) ser acompanhado(s) por Certidão de Acervo Técnico expedida pelo respectivo conselho da categoria, quando a atividade assim o exigir. A demonstração de que o profissional indicado é sócio da licitante ou empresa integrante do consórcio se fará mediante a apresentação do respectivo ato constitutivo ou alteração social e, no caso do profissional pertencer ao quadro permanente da empresa, a demonstração será feita mediante a comprovação de vínculo empregatício.

4.2.3. declaração formal emitida por diretor ou representante legal da licitante ou consórcio, sob as penas da lei, de disponibilidade das instalações e do aparelhamento adequados para a realização do objeto desta licitação, ou de meios para adquiri-los;

4.2.4. A licitante deverá apresentar declaração de conhecimento das áreas objeto da concessão de uso e dos bens delas integrantes, bem como de que efetivou os levantamentos necessários e suficientes à elaboração de suas Propostas, declaração esta que deverá ser juntada ao Atestado de Visitação e Conhecimento do Local a ser fornecido pela Administração do PARNAX/IGUAÇU, no prazo de até 10 (dez) dias antes da data prevista para o recebimento dos documentos de Habilitação e Propostas. Para tanto, a licitante ou empresa líder do consórcio, em nome da qual será expedido o referido Atestado, poderá manter contato com a Administração do PARNAX/IGUAÇU, pessoalmente ou pelo telefone/fax (045) 523-8383 no horário das 9:00 às 17:00 horas, de segundas a sextas-feiras.
4.2.4.1. Os atestados referidos no subitem 4.2.2., sob pena de invalidade, deverão especificar circunstanciadamente o modo, local e tempo da execução certificada e estar acompanhados dos registros obrigatórios havidos nas repartições oficiais competentes da respectiva circunscrição, e comprovar a responsabilidade técnica,

4.2.4.2. A visitação ao local poderá ser realizada pela licitante ou consórcio de segunda à sexta-feira, das 8 h 30 min às 17 h 30 min, no período especificado no subitem 4.2.4., para tanto, será obrigatória a apresentação do recibo de pagamento da aquisição do presente edital.

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para qualificação econômico-financeira, a licitante isolada ou em consórcio deverá apresentar os seguintes documentos:

4.3.1. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da pessoa jurídica licitante por meio dos índices contábeis definidos no ANEXO IV deste Edital, vedada a sua substituição por balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

4.3.2. garantia de proposta, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, nos termos do art.31, III prestada de acordo com o § 1º do artigo 56 da Lei 8666/93, a qual será restituída nos seguintes casos:

a) integralmente, caso a licitante ou consórcio seja inabilitada(o), desqualificada(o) ou não se saque vencedora(or) da licitação;

b) na assinatura do contrato de concessão.

4.3.3. comprovação de possuir capital social mínimo, registrado e integralizado, até a data do recebimento da documentação de habilitação e propostas, no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e, em caso de
consórcio, admitido o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, comprovação de capital social mínimo, registrado e integralizado, até a data do recebimento da documentação de habilitação e propostas, no valor de R$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

4.3.4. A comprovação exigida no item 4.3.3. deverá ser feita através de Certidão da Junta Comercial do Estado onde se encontra a sede da licitante ou de cada empresa integrante do consórcio. A comprovação da integralização do capital será feita através da apresentação de livro diário autenticado pela Junta.

4.3.5. Fica estabelecido que em caso de desistência imotivada da licitante durante o processo de concorrência, fora das hipóteses autorizadas em lei, ou então de recusa imotivada do vencedor do certame à assinatura do contrato, revertêra ao IBAMA, a título de sanção a garantia de proposta oferecida pela faltosa sem prejuízo das medidas judiciais de responsabilização pelos danos daí decorrentes.

4.3.6. Serão inabilitadas as licitantes que tenham inobservado o presente edital ou apresentem documentos insuficientes ou incompatíveis com as exigências e parâmetros aqui consignados.

CLÁUSULA QUINTA - PROPOSTA TÉCNICA

5.1. A Proposta Técnica deverá ser elaborada tomando por base os dados constantes deste Edital e seus anexos, e apresentada sem qualquer referência de preços, de acordo com as diretrizes constantes do Termo de Referência em anexo e dos itens desta cláusula.

5.2. PLANO DE UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS OBJETO DA CONCESSÃO DE USO - A licitante ou consórcio deverá apresentar o plano de aproveitamento das áreas objeto da concessão de uso, demonstrando a compatibilidade deste com a natureza e destinação específica do Parque Nacional do Iguaçu, apontando com clareza, pelo menos:
5.2.1. conhecimento da situação, inclusive com indicação de reformas e/ou restaurações que considere necessárias nas edificações existentes, acompanhada dos respectivos cronogramas;

5.2.2. Os serviços, produtos, instalações, edificações, equipamentos, sistemas de transporte vertical e outras atrações ou utilidades que disponibilizará nas áreas objeto da concessão, acompanhados de cronograma físico de implantação, cabendo à licitante ou consórcio prever e indicar, dentre outros aspectos:

a) sua participação, em caráter permanente, no grupo interinstitucional de apoio e/ou debate da gestão do Parque Nacional do Iguaçu e as formas de contribuição que, como futura concessionária poderá oferecer a este grupo de gestão, em relação ao objeto da concessão;

b) os mecanismos para estabelecer um padrão desejável de ecoturismo no Parque Nacional do Iguaçu;

c) estudo de capacidade de carga em relação as áreas objeto da concessão de uso, respeitando os limites estabelecidos no Plano de Manejo.

d) o sistema de sinalização e comunicação visual, de acordo com as “Orientações para sinalização Visual de Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas” - DIREC/IBAMA - 1.997;

e) o sistema de sancamento básico, contendo projeto de dejetos, tratamento, reciclagem, armazenamento do lixo, coleta e destino final dos esgotos e resíduos sólidos.

f) obrigatoriedade de deter equipe com a devida qualificação técnica, devendo comprová-la no prazo de início dos trabalhos.

5.2.3. Programa de manutenção e conservação das áreas concedidas e de encargos a ser adotado, com respectivos ciclos de serviços, devidamente cronogramados ao longo de todo o período da concessão.
5.2.4. O plano de administração e gerenciamento, englobando:

a) estrutura organizacional a ser implantada

b) sistema de bilhetagem informatizado a ser utilizado, devendo este atender à demanda;

c) sistemas informatizados de gerenciamento e controle de operação e manutenção, com indicação dos relatórios respectivos e sua periodicidade, devendo tais sistemas atender à demanda;

d) programa de fiscalização e controle de visitantes e de relacionamento com os visitantes e usuários, detalhando o modelo do sistema de informações turísticas, de comunicação visual, de segurança, de prevenção de acidentes, de atendimento a casos de acidentes e dos que recomendem primeiros socorros, de prevenção contra incêndios, bem assim o programa de educação ambiental e de preservação das áreas objeto da concessão do Parque Nacional do Iguaçu como forma de evitar agressões ao ecossistema.

e) programa de treinamento de recursos humanos de sua equipe

f) comprovação da qualificação técnica dos funcionários no prazo de início das operações.

5.2.4. o programa de manutenção e conservação a ser adotado, com respectivo ciclos de serviços, devidamente cronogramados ao longo de todo o período da concessão;

5.3. TECNOLOGIA(S) - A licitante ou consórcio deverá apresentar relatório circunstanciado sobre a(s) tecnologia(s) a ser(em) adotada(s) na execução do objeto deste Edital, explicitando a compatibilidade desta(s) tecnologia(s) com a natureza e destinação específica das áreas objeto da concessão de uso, com especificação detalhada de todos os elementos que serão utilizados.
5.3.1. A(s) tecnologia(s) proposta(s) dever(ão) ser comprovada(s), quanto à viabilidade e existência, por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados nas repartições oficiais competentes, indicando: a) o(s) empreendimento(s) ou atração(ões) que é(são) operada(s) com uso desta(s) tecnologia(s), apontando a cidade e país de sua localização e dados gerais que contenham sua plena caracterização; b) o tempo de experiência na operação desse(s) empreendimento(s) ou atração(ões); c) a equipe técnica que será utilizada, com a qualificação circunstanciada de seus integrantes; d) os equipamentos que serão utilizados nas áreas objeto da concessão de uso, com todas as suas especificações, demonstrando a capacidade, compatibilidade e suficiência destes para o atendimento à demanda, com indicação, quando for o caso, de locais onde tais equipamentos já estejam operando.

5.3.2. A licitante ou consórcio deverá demonstrar sua capacitação técnico-operacional em relação à(s) tecnologia(s) a ser(em) adotada(s), por meio de atestado(s) ou outro(s) documento(s), podendo valer-se, alternativamente, de tecnologia(s) de terceiro(s), devendo comprovar, nesta última hipótese, que possui vínculo contratual de franquia com empresa(s) operadora(s) das atividades indicadas, caso em que deverá ser apresentado, em relação à franqueadora, documento(s) que demonstre(em) a experiência desta em relação à(s) tecnologia(s) franqueada(s).

5.3.1.2. Quando o(s) contrato(s) de franquia for(em) celebrado(s) com empresa estrangeira, exigir-se-á seja(m) autenticado(s) pelo(s) respectivo(s) Consulado(s) do Brasil no país de origem, traduzido(s) por tradutor juramentado - dispensadas as exigências quando escrito na língua portuguesa e celebrado com foro no Brasil - e registrado(s) no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

5.4. ANTEPROJETO DE ARQUITETURA - englobando todos os elementos arquitetônicos do empreendimento, de acordo com o especificado no Termo de Referência (ANEXO III deste edital), explicitando a compatibilidade destes com a natureza e destinação das áreas objeto da concessão de uso, a ser apresentado como segue:
a) implantação geral na escala mínima de 1:2.000

b) Anteprejetos arquitetônicos (planta baixa, cortes e fachadas), urbanísticos e paisagísticos, apresentados na forma de desenhos, gráficos e tabelas, observados o código de obras do município e a ABNT. (42)

c) memorial descritivo e especificação de materiais a serem utilizados nas construções;

d) arranjo físico, especificação de uso e ambientação dos espaços internos, para as áreas reservadas a implantação de prédios e espaços ambientais;

e) mix dos centros de compras;

f) especificação do tratamento urbanístico a ser adotado.

h) estudos preliminares de Urbanismo, paisagismo, comunicação visual, abastecimento de água, esgoto sanitário, energia elétrica, telefone, drenagem pluvial, incêndio, apresentados no desenho, gráficos, textos, observadas a ABNT e as diretrizes emanadas pelas concessionárias dos serviços públicos. (42)

i) indicação das soluções propostas para estrutura e fundações.

j) desenhos e textos indicando predimensionamento para as instalações especiais (ar condicionado, exaustão, elevadores, montacarga, etc.)

l) Especificação técnica detalhada (indicado marca, modelo, dimensões referência, cor, etc) dos materiais que serão utilizados na execução das instalações prediais, revestimentos, forros, pisos, cobertura, esquadrias, metais, louças sanitária, impermeabilização, pinturas, elementos especiais, etc. Visando subsidiar os projetos a licitante deverá fornecer:

m) Descrição detalhada dos procedimentos de proteção e das medidas mitigadoras de eventuais danos ambientais, causados pelas obras.
n) Métodos e técnicas para sistema de coleta e tratamento de esgoto.

o) Método e técnica para sistema de coleta e reciclagem de lixo.

p) Planilha orçamentária

q) Cronograma indicando:
   - tempo necessário para o desenvolvimento dos projetos construtivos.
   - prazo estimado para a obtenção do alvará de construção junto ao município prazo para o início e final das obras.

5.5. METODOLOGIA DE OBRAS E SERVIÇOS - A licitante ou consórcio deverá apresentar a metodologia de execução das obras, serviços, montagens, instalações, obras e utilidades que serão implantados nas áreas objeto da concessão e em relação a reformas e/ou restaurações, contendo o seguinte:

5.5.1. a descrição da execução das obras, serviços, montagens e instalações que serão executados, frentes de trabalho e sequência de execução dos serviços e planejamento de suprimentos de materiais e equipamentos a serem utilizados, contendo, obrigatoriamente:

a) cronogramas físicos das obras, serviços, montagens e instalações;

b) cronograma de permanência de mão-de-obra para a execução das obras, serviços, montagens e instalações;

c) plano de suprimento da obra, acompanhado do respectivo cronograma físico do fornecimento de materiais e equipamentos;

d) o prazo de inicio das obras é de 60(sessenta) dias, a partir do recebimento da área.

e) o prazo de término das obras é de 12 meses a partir do recebimento das áreas.
5.5.2. dimensionamento do canteiro de obra, com o mínimo impacto possível, com respectivo lay-out, contendo os desenhos e o planejamento das instalações, constituído pelos seguintes e principais itens: edificações para escritórios da obra, oficinas de manutenção, almoxarifado, centro de atendimento médico e de segurança do trabalho, alojamentos, sanitários, guarita, localização dos pontos de estocagem de materiais (cimento, areia, brita, tubos e peças), redes provisorias de água, energia, esgoto e telefonia;

5.5.3. planejamento da interface entre a fiscalização da concedente e a futura concessionária do uso objeto deste edital;

5.5.4. indicação das principais interferências promovidas pelas obras e serviços que serão executados e das interfaces destas com as concessionárias de serviços públicos, visitantes e usuários e entidades vinculadas ao meio ambiente, com as proposições para minimizá-las;

5.5.5. indicação das principais interferências decorrentes das obras e serviços em relação ao funcionamento do Parque Nacional do Iguaçu e às movimentação dos seus visitantes, apresentando as proposições para minimizá-las ou saná-las.

5.5.6. A licitante deverá apresentar Relatório pormenorizado de todos os impactos ambientais advindos das obras a serem executadas, o qual será submetido à análise de equipe técnica especializada para aprovação do mesmo.

5.5.6.1. A não aprovação do relatório de que trata o subitem anterior ensejará a desclassificação da licitante.

CLÁUSULA SEXTA - PROPOSTA COMERCIAL

6.1. A Proposta Comercial deverá ser apresentada pela licitante ou consórcio com todas as páginas rubricadas, com indicação do percentual incidente sobre o faturamento bruto proveniente da venda de ingressos de acesso às atrações ou utilidades a serem implantadas nas áreas objeto da concessão, como remuneração pelo uso concedido pela IBAMA/PR, observando as diretrizes constantes desta cláusula.
6.2. Para elaboração da Proposta Comercial, a licitante ou consórcio deverá considerar o seguinte:

a) os valores máximos iniciais admitidos para cobrança dos usuários visitantes pelo acesso às atrações ou utilidades;

b) a remuneração que terá de garantir em favor do IBAMA pelo uso das áreas objeto da concessão, nos termos deste Edital;

c) os investimentos que terá de efetivar para a execução da totalidade do objeto licitado;

d) que, ao final da concessão, em qualquer tempo, revertêrem ao IBAMA todos os bens imóveis edificados pelo concessionário, sem que caiba ao mesmo qualquer tipo de indenização ou ressarcimento.

6.3. Com vistas a garantir base uniforme de composição das propostas financeiras, fica estabelecido que os valores iniciais máximos que poderão ser cobrados pelo acesso dos usuários visitantes às atrações ou utilidades a serem implantadas nas áreas objeto da concessão de uso, a título de ingressos, são os seguintes: a) R$ 8,00 (oito reais)/visitante, pelo acesso ao mirante elevado; b) R$ 3,00 (três reais)/visitante, pelo acesso ao elevador panorâmico; c) R$3,00(três reais)/visitante pelo acesso à trilha suspensa.

6.3.1. Fica estabelecido que eventuais novas utilidades ou atrações instituídas durante a execução do contrato, assim também aquelas decorrentes das já previstas neste Edital, deverão ser previamente aprovadas pelo IBAMA, ao qual, com exclusividade, incumbirá a fixação dos preços máximos admissíveis.

6.4. Caberá à licitante ou consórcio propor, na forma da carta proposta em anexo, a remuneração inicial mensal ao IBAMA, indicando taxa igual ou superior a 10% (dez por cento) do faturamento total bruto que vier a obter pela exploração das atrações e utilidades objeto deste Edital, sendo desclassificadas as propostas comerciais que consignarem taxas percentuais inferiores ao mínimo acima especificado.
6.4.1. Sendo vencedora do certame, a licitante deverá, além do proposto no subitem anterior, pagar ao IBAMA, a importância referente a 5% (cinco por cento) do faturamento bruto arrecadado com a venda de produtos relativos ao PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU ou IBAMA.

6.4.1.1. O uso desta marca será licenciado pelo IBAMA.

6.5. Na hipótese de vir a ser proposta remuneração mensal inicial ao IBAMA com taxa igual ou superior a 20% (vinte por cento) da arrecadação total bruta, deverá a licitante ou consórcio apresentar demonstração de exequibilidade, sob pena de desclassificação, indicando obrigatoriamente:

a) composição de todos os custos unitários utilizados para a formação da sua proposta comercial, não sendo aceita a indicação de verbas e valores totais sem indicação da quantidade e do valor unitário que representem isoladamente 2% (dois por cento) do custo ou despesa total, ou cumulativamente, 10% (dez por cento) daquele custo ou despesa;

b) demonstração da viabilidade econômico-financeira da operação específica, considerando todos os custos, despesas, investimentos, faturamento e tributos, devendo esta demonstração estar de acordo com os elementos propostos na Proposta Técnica;

c) compromisso formal entre os fornecedores e a licitante de todos os itens de investimentos, incluindo sistemas operacionais e equipamentos propostos na Proposta Técnica, em papel timbrado, indicando o preço de venda e garantindo o fornecimento dentro do preço e do prazo, conforme previsto no cronograma físico também constante da Proposta Técnica e demonstrando através de atestados ou documentos equivalentes a qualificação do fornecedor arrolado para o fornecimento a que se propõe, e, no caso de fornecedores de origem estrangeira, todos os documentos deverão ser consularizados, traduzidos por tradutor juramentado e registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.
6.6. Os preços dos ingressos às atrações serão reajustados anualmente, tomando por base o mês de apresentação da Proposta Comercial, pro rata die, pelos índices fixados para o IGP-M, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, de acordo com a seguinte fórmula:

\[
R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V, \text{ em que}
\]

- \(R\) = valor do reajustamento procurado;
- \(I_1\) = índice econômico correspondente à data do reajuste.
- \(I_0\) = índice econômico correspondente ao mês de apresentação da proposta comercial.
- \(V\) = valor pactuado que se pretende reajustar;

6.6.1. Se o índice \(I_1\) não estiver disponível à época da apuração do reajustamento, este será calculado até o último índice disponível.

6.6.2. A diferença entre os reajustes provisório e definitivo será acertada, de uma só vez, por ocasião da publicação do índice definitivo.

6.6.3. Considerar-se-á até a quarta decimal, sem arredondamento, o quociente da diferença entre \(I_1\) e \(I_0\) sobre \(I_0\).

6.6.4. Caso o contrato não apresente execução em meses cheios, dado o início em data diversa do primeiro dia do mês, o índice de reajustamento a ser considerado será aquele obtido da média ponderada dos índices relativos aos meses abrangidos na execução.

6.5. A equação econômico-financeira resultante desta licitação será preservada durante a execução do contrato, atendendo-se à legislação e ao seguinte:
(a) análise de equilíbrio fará o IBAMA a partir de formal arguição que promova a concessionária e tomará sempre por base o conjunto sistêmico do contrato, provando-se o desequilíbrio pelo desajuste global do contrato e não apenas pelo desequilíbrio de um de seus elementos;

(b) se procedente a arguição de desequilíbrio econômico-financeiro, aplicar-se-á o fator de reequilíbrio sobre prestações vencidas e vincendas, até restabelecer-se a inicial equação de encargo-remuneração, ficando desde logo estabelecido que não se prestará a arguição para recompor perdas de período pretérito superior a um (01) mês da data da arguição e que não tenham sido a tempo e modo reclamadas.

6.7. Para proteger o IBAMA quanto a eventual desempenho sofrível da concessionária na execução do objeto deste Edital e consequente insignificância da remuneração devida ao IBAMA, fica estabelecida a obrigação de transferência pela concessionária ao concedente de valor mínimo inicial mensal equivalente a R$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo que até a exploração efetiva das áreas que serão entregues posteriormente conforme cláusula 11.4.1 será cobrado o valor mínimo de R$75.000,00 (setenta e cinco mil reais), e após, R$ 100.000,00 (cem mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

7.1. A pontuação máxima a ser atribuída à Proposta Técnica é de 10,00 (dez) pontos, dividida em 04(quatro) blocos de análise, do modo a seguir:
BLOCO I

PLANO DE UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS OBJETO DA CONCESSÃO
DE USO

Até 3,0 (três) pontos, considerando:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ITEM</th>
<th>REFERÊNCIA</th>
<th>PONTOS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>a</td>
<td>Qualidade do PLANO CONCEBIDO DE UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS OBJETO DA CONCESSÃO, apurada em função de sua compatibilidade com o Termo de Referência, Programa de Revitalização, Plano de Uso Público e Plano de Manejo do Parque Iguaçu e no atendimento dos itens:</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

1-Pertinência Ambiental da proposta através da compatibilidade do plano de utilização das áreas objeto da concessão com o programa de relacionamento dos visitantes com a natureza.

2-Atendimento das exigências quanto aos serviços, produtos, instalações, edificações, equipamentos, sistema de transporte vertical (elevadores panorâmicos) de passageiros disponibilizadas nas área objeto da concessão.

3-Modernidade dos sistemas de bilhetagem e gerenciamento.

4-Adequação da estrutura organizacional a ser implantada e atendimento dos demais requisitos indicados neste Edital em relação ao PLANO DE UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS OBJETO DA CONCESSÃO DE USO. | 3,0 ponto |
### BLOCO II

### TECNOLOGIA

Até 3,0 (três) pontos, considerando:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ITEM</th>
<th>REFERÊNCIA</th>
<th>PONTOS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>a</td>
<td>Experiência em operação global de complexo turístico</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>a .1</td>
<td>se inferior a 2(dois) anos</td>
<td>0,20 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>a .2</td>
<td>se de 2 anos e 01 dia até 05 anos</td>
<td>0,30 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>a .3</td>
<td>acima de 05 anos</td>
<td>0,50 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>b</td>
<td>Experiência em operação de elevadores panorâmicos:</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>b .1</td>
<td>se realizada em áreas urbanas:</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>se inferior a 02 anos</td>
<td>0,20 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>acima de 02 anos</td>
<td>0,40 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>b .2</td>
<td>se realizada em complexos turísticos</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>inferior a 02 anos</td>
<td>0,30 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>acima de 02 anos</td>
<td>0,50 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>c</td>
<td>Experiência na operação de <strong>front gates</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>c .1</td>
<td>se sob sistema manual de bilhetagem</td>
<td>0,20 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>c .2</td>
<td>se sob sistema informatizado para atendimento de público em geral</td>
<td>0,40 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>c .3</td>
<td>se sob sistema informatizado para atendimento de público turístico</td>
<td>0,50 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>d</td>
<td>Experiência na operação de restaurante e/ou fast-food</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>---</td>
<td>---</td>
<td>---</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>se realizada em área urbana</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>inferior a 02 anos</td>
<td>0,20 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>acima de 02 anos</td>
<td>0,40 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>d. 2</td>
<td>se realizada em complexo turístico ou em Unidade de Conservação</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>inferior a 02 anos</td>
<td>0,30 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>acima de 02 anos</td>
<td>0,50 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>e</td>
<td>Experiência em administração de centro de compras</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>e.1</td>
<td>se realizada em áreas urbanas:</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>inferior a 02 anos</td>
<td>0,20 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>acima de 02 anos</td>
<td>0,40 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>e.2</td>
<td>se realizada em complexo turístico ou Unidade de Conservação:</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>inferior a 02 anos</td>
<td>0,30 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>acima de 02 anos</td>
<td>0,50 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td>f</td>
<td>Especificação dos equipamentos dos sistemas de transporte vertical.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>f.1</td>
<td>Compatibilidade operacional do sistema de transporte vertical (elevadores panorâmicos) com o meio ambiente do Parque Nacional do Iguaçu e capacidade de atendimento da demanda</td>
<td>0,50 ponto</td>
</tr>
</tbody>
</table>

*Os pontos indicados em cada subitem do Bloco II não são cumulativos.*
BLOCO III

ANTEPROJETO DE ARQUITETURA - até 3,0 (três) pontos, considerando:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ITEM</th>
<th>REFERÊNCIA</th>
<th>PONTOS</th>
</tr>
</thead>
</table>
| a    | Qualidade dos ANTEPROJETOS DE ARQUITETURA PROPOSTOS, para cada área a ser concedida, apurada em função de sua compatibilidade com o Termo de Referência, Programa de Revitalização, Plano de Uso Público e Plano de Manejo do Parnaíba, e no atendimento dos itens:
  01-Apresentação plena de todos os elementos arquitetônicos do empreendimento.
  02-Adequabilidade ambiental e funcional da concepção do anteprojeto de arquitetura e do atendimento dos demais requisitos indicados neste Edital.
  03-Adequabilidade das especificações de materiais em relação a sua integração com as áreas objeto da concessão de uso.
  04-Adequabilidade do programa de paisagismo adotado para as áreas em relação a vegetação existente no Parnaíba. | 3,00 pontos |
| a.1  | Por cada elemento apresentado de forma incompleta, subdimensionada, superdimensionada ou incoerente será descontado, cumulativamente | (0,20 ponto) |
BLOCO IV

METODOLOGIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Até 1,00 (um) ponto, considerando:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ITEM</th>
<th>REFERÊNCIA</th>
<th>PONTOS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>a</td>
<td>Qualidade da METODOLOGIA DE OBRAS E SERVIÇOS, apurada em função da adequação ambiental da proposta e do atendimento dos demais requisitos previstos neste Edital especialmente aqueles previstos nos itens:</td>
<td>1,00 ponto</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>01-O contido no parágrafo 5.5.1 deste edital</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>02-O contido no parágrafo 5.5.2 deste edital</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>03-O contido no parágrafo 5.5.3 deste edital</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>04-O contido no parágrafo 5.5.4 deste edital</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>05-O contido no parágrafo 5.5.5 deste edital.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>a.1</td>
<td>Por cada elemento apresentado de forma incompleta, sub-dimensionado, superdimensionado ou incoerente será descontado, cumulativamente</td>
<td>(0,10 de ponto)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

7.2. Será desclassificada a licitante ou consórcio que, pelo simples somatório dos pontos obtidos conforme 7.1. supra, não atingir a pontuação mínima de 7,00 (sete) pontos, deixar de obter um mínimo de 40% da pontuação máxima de cada Bloco, ou que tenha recebido pontuação zero em qualquer elemento ou subitem de qualquer item de qualquer Bloco.
7.3. A Nota Técnica Geral da Proposta Técnica será obtida, após efetuadas eventuais desclassificações, de acordo com o determinado no item 7.2. acima, por meio da seguinte fórmula:

\[ NTG = \left( \frac{TPL}{MPT} \right) \times 10,00, \text{ em que:} \]

- \( NTG \) = Nota Técnica Geral
- \( TPL \) = Total de pontos da licitante ou consórcio, apurada pelo somatório dos pontos por ela(e) obtidos.
- \( MPT \) = Maior Pontuação Total entre as licitantes ou consórcios concorrentes.

7.4. Será designada equipe técnica qualificada para julgamento da proposta técnica.

**CLÁUSULA OITAVA - CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL**

8.1. Para fins de aceitação da Proposta Comercial, preliminarmente, será verificada sua exequibilidade, nos termos estabelecidos no presente Edital.

8.2. Aceita a Proposta Comercial, será ela objeto de pontuação, que será apurada por meio da seguinte fórmula:

\[ NCG = \left( \frac{PPL}{MPP} \right) \times 10, \text{ em que} \]

- \( NCG \) = Nota Comercial Geral da licitante ou consórcio, com duas casas decimais
- \( PPL \) = Percentual de Pagamento ao IBAMA proposto pela licitante ou consórcio
- \( MPP \) = Maior Percentual de Pagamento proposto ao IBAMA, dentre todas as licitantes ou consórcios classificados, por conta da arrecadação de ingressos de acesso às atrações ou utilidades a serem implantadas nas áreas objeto da concessão de uso.
CLÁUSULA NONA - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO FINAL E DE DESEMPATE

9.1. Será atribuído peso 0,4 (quatro décimos) para a Proposta Comercial e peso 0,6 (seis décimos) para a Proposta Técnica, que comporão o cálculo da média ponderada para fins de julgamento e classificação final das licitantes participantes nesta fase do procedimento.

9.2. A média ponderada será obtida por meio da seguinte fórmula:

\[ NF = (0,6 \times NTG + 0,4 \times NCG) \]

em que:

- \( NF \) = Nota Final da licitante ou consórcio
- \( NTG \) = Nota Técnica Geral obtida pela licitante ou consórcio
- \( NC \) = Nota Comercial Geral obtida pela licitante ou consórcio

9.3. Após calculadas as Notas Finais (NF) de todas as licitantes serão estas(es) classificadas (os) em ordem decrescente.

9.4. Caso haja empate entre proponentes, quando da determinação das notas finais (NF), assegurando-se preferência a empresas nacionais, será adotado o sorteio como critério para desempate, o qual será efetivado em ato público.

CLÁUSULA DÉCIMA - CREDENCIAMENTO / PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO

10.1. Na data, hora e local designados, antes do recebimento da documentação de habilitação e propostas, a Comissão Especial de Licitação promoverá o CREDENCIAMENTO das interessadas, para o que a licitante deverá apresentar, em apartado dos envelopes de documentos de habilitação e propostas, o que segue:

10.1.1. carta de apresentação da licitante, indicando claramente a razão social da licitante e de todas as empresas integrantes do consórcio, número para
contato telefônico, fac-símile e/ou telex, bem como o endereço completo, para eventual comunicação por parte da Comissão Especial de Licitação;

10.1.2. cópia do recibo de aquisição do Edital;

10.1.3. indicação do representante, acompanhada do documento especificado neste Edital, e de prova de identidade do credenciado.

10.2. Após o credenciamento, os envelopes, contendo os Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e Propostas Comerciais, terão conferidos seus lacres e serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e por representantes das licitantes.

10.3. Abertos os Envelopes nº 01, todos os documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e por representantes dos licitantes presentes, sendo conferidos de acordo com as exigências deste Edital.

10.4. A Comissão de Licitação dará conhecimento do resultado da Habilitação na mesma citada sessão, ou em sessão pública em continuidade à primeira, previamente marcada, ou por meio de publicação na Imprensa Oficial. Ocorrendo renúncia expressa ao direito à interposição de recursos por parte de todas as licitantes, tendo sido ultrapassado o prazo de recursos sem interposição destes, ou, havendo recursos, após o respectivo julgamento, a Comissão Especial de Licitação conforme o caso, na mesma sessão ou em data, a hora e local designados, dará continuidade ao procedimento, para abertura dos Envelopes nº 02 das licitantes habilitadas, devolvendo os Envelopes nº 02 e 03 das licitantes não habilitadas.

10.5. A Comissão Especial de Licitação procederá à abertura dos Envelopes nº 02 - Propostas Técnicas - e todas as folhas dos documentos delas constantes serão rubricadas pelos membros da Comissão e por representantes das licitantes presentes.

10.5.1. Serão consideradas aceitas e classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem a pontuação mínima exigida neste Edital, de acordo com os critérios antes consignados.
10.6. A Comissão de Licitação dará conhecimento do resultado do julgamento das Propostas Técnicas na mesma sessão, ou em sessão pública previamente marcada, ou por meio de publicação na Imprensa Oficial. Ocorrendo renúncia expressa do direito à interposição de recursos por parte de todas as licitantes, tendo sido ultrapassado o prazo de recursos sem interposição destes, ou, havendo recursos, após o respectivo julgamento, a Comissão Especial de Licitação, conforme o caso, na mesma sessão ou em data, hora e local que designar, dará continuidade ao procedimento, para abertura dos Envelopes nº 03- Propostas Comerciais, das licitantes que tiveram aceitas as Propostas Técnicas apresentadas, devolvendo Envelopes nº 03-Propostas Comerciais, das licitantes desclassificadas nesta fase do certame.

10.7. A Comissão de Licitação procederá à abertura dos Envelopes nº 03-Propostas Comerciais - e todas as folhas dos documentos delas constantes serão rubricadas pelos membros da Comissão e por representantes das licitantes presentes.

10.8. O resultado do julgamento das Propostas Comerciais e da classificação final, será comunicado na mesma sessão, em outra sessão pública previamente marcada, ou por meio de publicação na Imprensa Oficial.

10.9. Será considerada vencedora da concorrência a licitante ou consórcio que obtiver a maior Nota Final, de acordo com disposto neste Edital.

10.10. A Comissão Especial de Licitação submeterá o resultado do julgamento ao Superintendente do IBAMA do Estado do Paraná para homologação e adjudicação do objeto ao vencedor.

10.11. Homologado o resultado do julgamento da licitação, será convocada a adjudicatária a adotar, dentro em 10 (dez) dias, as providências necessárias à celebração do contrato e para sua assinatura.

10.12. O prazo de que trata este item poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justificado. Caso a adjudicatária, convocada regularmente, não adote as providências ao seu encargo, ou não celebre o
contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

10.13. Serão desclassificadas as propostas que:

a) tenham inobservado o presente Edital ou sejam incompatíveis com as exigências e parâmetros nele estabelecidos.

b) estejam incompletas ou apresentem emendas, rasuras, entrelinhas ou linguagem que dificulte a exata compreensão do seu enunciado;

c) sejam ofertadas sob condição ou submetidas a condição não prevista neste Edital;

d) não obtenham a pontuação mínima exigida neste Edital;

e) sejam consideradas manifestamente inexecuíveis.

10.14. Se todas as licitantes ou consórcios forem inabilitados ou desclassificados, conforme a fase da licitação, a Comissão Especial de Licitação poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outros documentos ou propostas, escoimados dos defeitos ou irregularidades.

10.15. Os recursos administrativos decorrentes da aplicação deste Edital estão regulamentados pela Lei 8.666/93, com a redação que lhe deu a Lei 8.883/94.

10.16. A Comissão Especial de Licitação lavrará atas circunstanciadas de todas as sessões, registrando todos os fatos praticados no decorrer do processo de concorrência pública.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

11.1. A concessão de uso objeto desta licitação reger-se-á pelas normas gerais da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação, pelas normas regulamentares do IBAMA/PR, pela legislação superveniente e complementar, pelas cláusulas e condições constantes da minuta de contrato em anexo (ANEXO II), do qual constam, inclusive, os direitos e obrigações da futura concessionária e as prerrogativas da concedente -, e demais legislação pertinente.

11.2. A concessão de uso a ser contratada observará o Plano de Operação e Investimentos, a ser elaborado pela concessionária, juntamente com os cronogramas pertinentes, no prazo de 30(trinta) dias contados da assinatura do contrato de concessão de uso, sem prejuízo dos prazos para execução das obras de acordo com os dados e elementos constantes deste Edital e das Propostas Técnica e Comercial apresentadas pela vencedora desta licitação, o qual, aprovado pelo concedente, passará a fazer parte integrante do contrato independentemente de transcrição.

11.3. Caberão à futura concessionária, sob sua exclusiva responsabilidade e ônus, as reformas, obras, serviços, montagens e instalações propostas, a serem discriminadas no Plano de Obras e Serviços, que deverá ser elaborado pela concessionária, juntamente com os cronogramas pertinentes, no prazo de 30(trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato de concessão de uso, o qual, uma vez aprovado pelo concedente, passará a integrar o respectivo contrato como se nele estivesse transcrito.

11.4. As áreas objeto da concessão de uso a ser contratada, bem assim as edificações, instalações e equipamentos nela existentes serão entregues à futura concessionária livres e desembaraçados de ocupantes a qualquer título.

11.4.1. Os espaços TAROBA e NAIPI somente serão entregues à futura concessionária após o término dos contratos de concessão ora vigentes, ou seja, em 10/07/2000 e 27/10/99, respectivamente.

11.4.2. Os prazos para início e conclusão das obras serão contados a partir da entrega oficial dos espaços concedidos.
por cento) incidirá sobre a receita líquida efetivamente auferida pela concessionária com a venda de ingressos no ano anterior ao de referência.

11.11. O concedente recorrerá à garantia sempre que a futura concessionária não proceda ao pagamento da remuneração contratada ou das multas que lhe forem aplicadas. Sempre que a concedente utilizar a garantia, a futura concessionária será obrigada a promover a reposição do seu montante integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar daquela utilização.

11.12. A execução do contrato será acompanhada, fiscalizada e controlada pelo concedente, por meio de prepostos formalmente designados.

11.12.1. A fiscalização das obras, serviços, reformas, montagens e instalações, de que trata este Edital, será efetivada por prepostos especialmente designados pelo concedente, cabendo à Fiscalização a respectiva aceitação provisória e definitiva.

11.13. A futura concessionária estará sujeita às penalidades previstas em lei, em especial as de advertência ou multa, sempre que descumprir norma legal, norma regulamentar, ou qualquer disposição do contrato de concessão.

11.14. As penalidades serão aplicadas nos valores previstos na minuta de contrato que integra este Edital, mediante procedimento administrativo, guardando proporção com a gravidade da infração, de acordo com critérios de razoabilidade, assegurando-se à futura concessionária amplo direito de defesa.

11.15. A concessão a ser outorgada considerar-se-á extinta, observadas as normas legais e o amplo direito de defesa assegurado à futura concessionária, pelo advento do termo final do contrato ou do prazo de sua prorrogação, pelo descumprimento das cláusulas e condições do contrato de concessão, pela falência ou extinção da concessionária, pela cessão ou transferência dos direitos e obrigações do contrato de concessão de uso a terceiros, no todo ou em parte, fora das hipóteses autorizadas por este edital ou pelo contrato ou, nos demais casos, sem a prévia e expressa anuência do concedente, bem assim nas demais hipóteses previstas na Lei 8.666/93, em sua atual redação.
11.16. A recusa da adjudicatária em adotar as providências preliminares à assinatura do contrato de concessão, ao seu encargo, ou em assinar o respectivo contrato de concessão, importará na perda da garantia da proposta prestada, sem prejuízo de perdas e danos a que der causa e das sanções legais previstas.

11.17. Responsabilidade pelos encargos

**CLÁUSULA 12 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

12.1. No interesse nacional, constitui pressuposto da assinatura do contrato decorrente desta licitação deva a empresa ou consórcio de empresas vencedor da presente licitação estar constituída(o) sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, observada a legislação aplicável.

12.2. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, por meio de sua Superintendência no Estado do Paraná, reserva-se o direito de, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, observado o direito de defesa, anular, revogar ou adiar a presente licitação, sem que isso possa gerar para as licitantes qualquer tipo de indenização.

12.3. As questões omissas e divergências quanto a aspectos desta licitação serão resolvidas de conformidade com a lei e, à falta de disposição expressa, de acordo com os critérios aceites em Direito Administrativo, ficando eleito o foro da Comarca de Curitiba para a resolução de lide referente ao certame.

Curitiba, 12 de agosto de 1998

[Assinatura]

Engenheiro JONEL NAZARENO TURK,
Superintendente Estadual do IBAMA /PR.